**REQUERIMENTO PARA HABILITAÇÃO DE ADMINISTRADORES PARA EMPRESAS DE GRANDE PORTE**

Em conformidade com o Decreto nº 46.188, de 6 de dezembro de 2017.

Verificação dos requisitos e vedações legais e estatutários exigidos para indicação de Administrador (conselheiro de administração ou diretor) de empresa estatal com receita operacional bruta igual ou superior a R$ 90 milhões.

**I – DADOS GERAIS**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **1**. Nome Completo: | | | |
| **2**. CPF: | | **3**. Sexo: ( ) M ( ) F | |
| **4**. Telefone: | | **5**. E-mail: | |
| **6**. Endereço Completo: | | | |
| **7**. Cidade: | **8**. UF: | **9**. CEP: | **10**. País: |
| **11**. Cargo para o qual foi indicado: ( X ) Conselho de Administração ( ) Diretor | | | |
| **12**. Empresa à qual foi indicado: CEDAE | | | |
| **13**. Setor de atuação da empresa: SANEAMENTO | | | |

**II – DOS REQUISITOS – Necessidade de comprovação documental (Itens 16, 18 e 19)**

|  |
| --- |
| **14.** É pessoa natural, residente no País e de reputação ilibada? (art. 26, ínciso I, do Decreto nº 46.188/2017).  ( ) Sim ( ) Não |
| **15.** Tem notório conhecimento compatível com o cargo para o qual foi indicado? (art. 26, ínciso II, do Decreto nº 46.188/2017).  ( ) Sim ( ) Não |
| **16.** Qual é o elemento mais aderente para indicar seu notório conhecimento compatível com o cargo de administrador?\*  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  (\*) Indicar o(s) principal(is). Exemplos: título de mestrado ou doutorado, publicações acadêmicas, experiência acumulada. |
| **17.** Tem formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado, contemplando curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação? (art. 26, ínciso III, e §1º do Decreto nº 46.188/2017).  ( ) Sim ( ) Não |
| **18.** Qual é a área de sua formação acadêmica mais aderente ao cargo para o qual foi indicado? \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **19.** Tem, no mínimo, uma das experiências profissionais abaixo:? (art. 26, ínciso IV, do Decreto nº 46.188/2017).  ( ) 10 anos, no setor público ou privado, na área de atuação da empresa estatal ou em área conexa àquela para a qual forem indicados em função de direção superior.  ( ) 4 anos em cargo de Diretor, de Conselheiro de Administração, de membro de comitê de auditoria ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da empresa estatal, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa.  ( ) 4 anos em cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DG no âmbito dos Estados e dos Municípios, e a nível 4, ou superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, em pessoa jurídica de direito público interno no âmbito federal.  ( ) 4 anos em cargo de docente ou de pesquisador, de nível superior na área de atuação da empresa estatal.  ( ) 4 anos como profissional liberal em atividade vinculada à área de atuação da empresa estatal. |
| **20.** Dos itens assinalados no item 19, descreva a experiência que mais atende ao cargo de administrador: \* \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  (\*) Indicar a principal. Exemplos: Superintendente de, Coordenador de, Diretor de, Chefe de. |

**III – DAS VEDAÇÕES E REPUTAÇÃO ILIBADA**

|  |
| --- |
| **21.** É representante do órgão regulador ao qual a empresa estatal está sujeita? (art. 27, inciso I, do Decreto nº 46.188/2017).  ( ) Sim ( ) Não |
| **22.** É Ministro de Estado, Secretário Estadual ou Secretário Municipal? (art. 27, ínciso II, do Decreto nº 46.188/2017).  ( ) Sim ( ) Não |
| **23.** É titular de cargo em comissão na administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, sem vínculo permanente com o serviço público? (art. 27, ínciso III, do Decreto nº 46.188/2017).  ( ) Sim ( ) Não |
| **24.** É dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado? (art. 27, ínciso IV, do Decreto nº 46.188/2017).  ( ) Sim ( ) Não |
| **25.** É parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos itens 22 a 25? (art. 27, ínciso V, do Decreto nº 46.188/2017).  ( ) Sim ( ) Não |
| **26.** Atuou, nos últimos trinta e seis meses, como participante de estrutura decisória de partido político? (art. 27, ínciso VI, do Decreto nº 46.188/2017).  ( ) Sim ( ) Não |
| **27.** Atuou, nos últimos trinta e seis meses, em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral? (art. 27, ínciso VII, do Decreto nº 46.188/2017). ( ) Sim ( ) Não |
| **28.** Exerce cargo em organização sindical? (art. 27, ínciso VIII, do Decreto nº 46.188/2017).  ( ) Sim ( ) Não |
| **29.** Firmou contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com o Estado do Rio de Janeiro, com a própria estatal ou com empresa estatal do seu conglomerado estatal, nos três anos anteriores à data de sua nomeação? (art. 27, ínciso IX, do Decreto nº 46.188/2017).  ( ) Sim ( ) Não |
| **30.** Tem de qualquer forma conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da empresa estatal ou com a própria estatal? (art. 27, ínciso X, do Decreto nº 46.188/2017).  ( ) Sim ( ) Não |

**Lei Complementar n° 64, de 18 de maio de 1990 (Ficha Limpa)**

|  |  |
| --- | --- |
| **31.** Você se **e**nquadra em qualquer uma das hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar n° 64, de 18 de maio de 1990 (**Ficha Limpa**)? (art. 27, ínciso XI, do Decreto nº 46.188/2017). | |
| a) é pessoa inalistável ou analfabeto? | ( ) Sim  ( ) Não |
| b) é membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que haja perdido o respectivo mandato por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foi eleito e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura? | ( ) Sim  ( ) Não |
| c) foi Governador ou Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal ou Prefeito ou Vice-Prefeito que perdeu seu cargo eletivo por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenha sido eleito? | ( ) Sim ( ) Não |
| d) tem contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorre ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes? | ( ) Sim ( ) Não |
| e) foi condenado criminalmente, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, por qualquer dos crimes abaixo?  1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; 2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; 3. contra o meio ambiente e a saúde pública; 4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; 5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; 6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; 7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; 8. de redução à condição análoga à de escravo; 9. contra a vida e a dignidade sexual; e 10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando | ( ) Sim ( ) Não |
| f) foi declarado indigno do oficialato, ou com ele incompatível, pelo prazo de 8 (oito) anos? | ( ) Sim ( ) Não |
| g) teve suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição? | ( ) Sim ( ) Não |
| h) foi detentor de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiou a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes? | ( ) Sim ( ) Não |
| i) exerceu cargo ou função de direção, administração ou representação em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro que tenham sido ou estejam sendo objeto processo de liquidação judicial ou extrajudicial, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação? | ( ) Sim ( ) Não |
| j) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição? | ( ) Sim ( ) Não |
| k) foi Presidente da República, o Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito, membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciou a seu mandato desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura? | ( ) Sim ( ) Não |
| l) foi condenado à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena? | ( ) Sim ( ) Não |
| m) foi excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário? | ( ) Sim ( ) Não |
| n) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de ter desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude? | ( ) Sim ( ) Não |
| o) foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário? | ( ) Sim ( ) Não |
| p) é pessoa física e ou dirigente de pessoa jurídica responsável por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão? | ( ) Sim ( ) Não |
| q) é magistrado ou membro do Ministério Público que foi aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenha perdido o cargo por sentença ou que tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos? | ( ) Sim ( ) Não |

**IV - DOCUMENTAÇÃO E PROCEDIMENTOS OBRIGATÓRIOS**

(assinale com “X” no campo “Sim” se entregou cópia do documento ou prestou informação e com “Não” se negativo)

|  |
| --- |
| **a) Item 16 – Notório Conhecimento**  ( ) cópia de diploma de mestrado ou doutorado (frente e verso)  ( ) publicações acadêmicas ou técnicas  ( ) ato de nomeação e de exoneração, se houver  ( ) registro em carteira de trabalho  ( ) declaração da empresa/órgão  ( ) outro: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **b) Item 18 – Formação Acadêmica**  ( ) copia do diploma do curso de graduação  ( ) copia da carteira do órgão de classe, quando o caso |
| **c) Item 19 – Experiências Profissionais**  ( ) ato de nomeação e de exoneração, se houver  ( ) declaração da empresa/órgão  ( ) registro em carteira de trabalho  ( ) declaração da instituição, de conselhos regionais/federal, de prestadores de serviços e de congêneres  ( ) outro: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |

**V – DECLARAÇÃO DO HABILITANDO**

Declaro que estou ciente das possíveis penalidades cíveis, administrativas e penais, que eventuais declarações falsas podem acarretar. Afirmo que as informações prestadas e os comprovantes anexos são exatos, verdadeiros e sem rasuras de qualquer espécie, podendo ser utilizado para verificação dos preceitos estabelecidos pelo Decreto nº 46.188/2017.

Rio de Janeiro, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_